

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO DE UM NOVO PERFIL DE PROFESSOR

Mariana do Vale Moura¹
Miriã Nunes Porto Lima²

RESUMO

O presente artigo, a partir do tema das políticas educacionais e da formação de professores, pretende investigar de que maneira a BNCC – Base Nacional Comum Curricular colabora para a criação de novo perfil de professores pela ótica neoliberal. Baseamo-nos no Materialismo Histórico-dialético para realizar uma pesquisa bibliográfica que tenta compreender como a BNCC corrobora para a criação de um novo perfil de professor que atenda as demandas apontadas pelo capital enquanto prioritárias e urgentes para melhorar a economia dos países do globo, especialmente das nações em desenvolvimento. O caminho percorrido teoricamente perpassa a contextualização temporal da BNCC; as relações entre as políticas públicas e os desígnios promovidos pelo Estado e pelos organismos internacionais (como o Banco Mundial, a Unesco, entre outros) para difusão da lógica neoliberal por meio da educação; e a explicitação das estratégias usadas para se valer da epistemologia da prática enquanto base para formação docente. Por fim, enquanto resultados, destacamos que a epistemologia da práxis parece-nos o melhor caminho de resistência para pensar a educação de maneira contra hegemônica e para lutar contra a redução da função social da educação.

Palavras-chave: BNCC; Políticas educacionais; Formação de professores; Epistemologia da práxis.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é compreender como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) corrobora para a criação de um novo perfil de professor que atenda as demandas apontadas pelo capital enquanto prioritárias e urgentes para melhorar a economia dos países do globo, especialmente das nações em desenvolvimento. Abordaremos o recorte temático proposto, que é composto pelas políticas educacionais e formação dos professores, por uma

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás - UFG, nanavmoura@gmail.com;

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás - UFG, mirianunesporto@gmail.com;

perspectiva histórica e socialmente situada. Assumimos o método norteador do Materialismo Histórico-dialético ao fazer uma pesquisa bibliográfica que tenta dar conta da complexidade do tema proposto. A questão que norteia o artigo apresenta-se da seguinte maneira: De que maneira a BNCC colabora para a criação de novo perfil de professores pela ótica neoliberal?

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) faz parte de um grande movimento de mudanças nas políticas públicas para a educação que iniciou ainda no Governo Lula, ampliou-se no Governo Dilma, sobretudo a partir da aprovação do PNE (2014-2024), mas que tomou força após a destituição da presidenta Dilma Rousseff do poder em 2016. Porém, de acordo com Andrade; Neves; Piccinini (2017) esse movimento tem como marco histórico mais amplo a década de 1990 com a adoção de políticas públicas que seguiam as diretrizes propostas por organismos internacionais, como a Unesco e o Banco Mundial, que foram divulgados a partir de documentos oficiais como o relatório Jacques Delores, por documentos advindos da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, entre outros.

Esses documentos buscavam orientar uma educação de qualidade que levasse ao desenvolvimento de capacidades e habilidades individuais, desenvolvimento social e econômico, equidade e a universalização do acesso à educação (ANDRADE; NEVES; PICCININI, 2017). A educação brasileira tentou se estruturar por essas diretrizes que estavam sendo difundidas para vários países do globo, principalmente os países em desenvolvimento. Uma grande parte dessas mudanças aconteceu no decorrer dos últimos anos no Brasil e podem ser vistas atualmente nas reformas educacionais.

De acordo com Dourado; Oliveira (2018) alguns avanços aconteceram nas políticas educacionais como a ampliação da educação obrigatória para toda a Educação Básica; a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014, por meio da Lei n. 13.005; aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e outras modalidades de educação. Porém, os autores afirmam que

No Brasil, sobretudo a partir do impeachment de Dilma Rousseff, aconteceram importantes retrocessos nas políticas sociais e educacionais, mediante adoção de novas práticas, programas e ações do governo federal. Além disso, essas medidas passaram a ser tomadas de forma mais centralizada e sem a participação mais ampla da sociedade civil organizada. Além disso, passaram a ser permeadas por concepções privatistas, desconsiderando os acúmulos produzidos pelas entidades e instituições do campo educacional comprometidas com a educação pública de qualidade socialmente referenciada (DOURADO; OLIVEIRA, 2018, p. 38)

Esses retrocessos também foram percebidos pelos autores em relação à educação, como a BNCC, a reforma do Ensino Médio, a criação da residência pedagógica, entre outros. Partes dessas mudanças podem ser consideradas positivas para a educação e para a sociedade brasileira. Porém, outras partes também podem ser consideradas negativas. E cabe, a esse artigo, entender como a BNCC e formação de professores relacionam-se entre si e a um contexto macro de reformas para educação.

Justifica-se a presente pesquisa pela relevância do tema proposto na medida em que o objeto de pesquisa a que nos debruçamos, a BNCC, é uma política educacional que tem como objetivo nortear todos os currículos escolares nos âmbitos municipais, estaduais e federais na educação infantil e no ensino fundamental. Entender o que é a BNCC e a forma como ela altera a formação de professores com o intuito de criar um outro tipo de professor é essencial para vislumbrar o futuro da educação nacional e para então ser possível pensar em formas de resistência.

A última e terceira versão da BNCC, que discorre sobre a educação infantil e ensino fundamental, foi aprovada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2017, após aprovação do Conselho Nacional de Educação (CNE). Já a versão do ensino médio foi lançada no site oficial do MEC em abril de 2018 e foi aprovada pelo CNE em dezembro do mesmo ano.

O processo histórico que levou a criação da BNCC demorou cerca de 2 anos para redigir três versões distintas do mesmo documento, passar por consultas públicas, pela análise das consultas e audiências públicas. É um tempo histórico muito curto se compararmos com outras leis que demoraram mais de décadas para serem aprovadas, como a LDB de 96, por exemplo. O que pode demonstrar que fortes interesses políticos estavam em disputa para que o documento fosse aprovado.

A partir do percurso histórico da BNCC podemos deduzir que houve uma tentativa de democratização na participação da população em geral no processo de feitura e reflexão sobre o texto, principalmente na primeira versão em 2015. Com o passar dos anos os canais de acesso e de consulta pública foram se estreitando, saindo de uma plataforma online, passando pelo envio de e-mails até chegar às audiências públicas que aconteceram/acontecem (na versão do ensino médio) em uma cidade de cada região do país. Essa falsa democratização pode ter gerado uma sensação de pertencimento em todas as pessoas que fizeram suas contribuições, mas é extremamente complicado mensurar em que medida essas contribuições foram escutadas ou

acatadas. Acreditamos que as contribuições populares não tenham sido levadas em conta, por causa do curto espaço temporal que foi destinado para a sua análise.

Além disso, percebemos o papel do Estado em acelerar a produção de um documento oficial que foi criado, quase que exclusivamente, pela pressão feita por empresários, banqueiros, donos dos meios de comunicação de massa, que percebem na educação um potencial nicho de mercado e o lócus privilegiado de produção de mão de obra qualificada aos moldes neoliberais.

Sendo assim, no dia 15 de dezembro de 2017 o Conselho Nacional de Educação - CNE aprovou por meio do parecer CNE/CP nº 15/2017 a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, tendo o parecer homologado na portaria nº 1.570 publicada no Diário Oficial da União no dia 21 de dezembro de 2017. A criação e a implementação da BNCC gera e ainda vai gerar muitas reverberações na educação nacional em curto, médio e longo prazo, no ponto de vista da formação docente, dos currículos, do planejamento, do trabalho pedagógico, dos financiamentos, das avaliações internas e externas, entre outros. Refletir sobre a BNCC é um desafio pela sua atualidade, mas também é passo importante para compreender as políticas públicas para a educação, bem como o papel dos educadores frente a um currículo e documento de orientação pedagógica.

EXPECTATIVAS NEOLIBERAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO

Ao refletir sobre as políticas públicas as autoras Shiroma, Moraes e Evangelista (2011) afirmam que

É estratégica a importância das políticas públicas de caráter social – saúde, educação, cultura, previdência, seguridade, informação, habilitação, defesa do consumidor – para o Estado capitalista. Por um lado revelam as características próprias da intervenção de um Estado submetido aos interesses gerais do capital na organização e na administração da *res publica* e contribuem para assegurar e ampliar os mecanismos de cooptação e controle social. Por outro, como o Estado não se define por estar à disposição de uma ou outra classe para seu uso alternativo, não pode se desobrigar dos compromettimentos com as distintas forças sociais de confronto. (p. 8)

Percebe-se a educação enquanto política pública social entre esses distintos lados defendidos pelo Estado – um lado que está alinhado aos interesses do capital, e o outro que

mantem a obrigação de se comprometer com os aspectos do social para manter as forças sociais em equilíbrio, evitando assim, confrontos. Apesar dos dois lados coexistirem na estrutura estatal percebe-se que ambos corroboram para a manutenção da ordem hegemônica, qual seja o capitalismo em sua face neoliberal. O neoliberalismo é conceituado por Harvey da seguinte maneira:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) de vem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício (HARVEY, 2005, p. 9).

O neoliberalismo foi criado para superar o liberalismo e para fortalecer a economia capitalista. Ele introduz uma nova forma de relação entre Estado e mercado porque ao tornar o Estado mínimo faz com o mercado possa se desenvolver sem amarras de acordo com os interesses do capital. Quanto menor o Estado, maiores são as possibilidades de liberdade de mercado e de comércio.

A educação é um campo de disputas diversas, sejam elas políticas, ideológicas, político-partidárias, sociais, econômicas, entre outras. Ao se tornar um campo de disputas a educação se vê entre os desígnios de diversos agentes como: o Estado; as instituições não estatais, como empresas, organizações não governamentais, organismos internacionais; bem como, com agentes contra hegemônicos que tentam pensar a educação por outra via, como professores do ensino básico e do superior, as entidades ligadas ao ensino e a pesquisa, entre outros.

As políticas públicas são uma das estratégias desses agentes, principalmente do Estado, para legitimar e consolidar seus interesses sendo que, principalmente a partir dos anos de 1990,

no país foi vista uma forte penetração dos interesses dos ideais neoliberais. O marco histórico é delimitado pós anos 1990 com as diretrizes sobre a educação apresentadas pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial, Unesco, OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, entre outros, e pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

A partir de então as políticas neoliberais foram implantadas em todo o país, inclusive na educação. Sobre esse período Shiroma, Moraes e Evangelista afirmam que

Tática e estrategicamente, a centralidade da educação é reafirmada nos documentos e na definição de políticas governamentais. A escola tradicional, a educação formal, os antigos parâmetros educacionais, os modelos prevaletentes de universidade, são considerados obsoletos. Demanda-se, agora, uma nova pedagogia, um projeto educativo de outra natureza, um novo modelo de ensino em todos os níveis. O discurso é claro: não basta apenas educar, é preciso aprender a empregar convenientemente os conhecimentos adquiridos. A reestruturação produtiva, afirma o discurso, exige que se desenvolvam capacidades de comunicação, de raciocínio lógico-formal, de criatividade, de articulação de conhecimentos múltiplos e diferenciados de modo a capacitar o educando a enfrentar novos e desafiantes problemas. Mais ainda, diante da velocidade das mudanças e requalificações tornam-se imperativas. O desenvolvimento de “competências” exige níveis sempre superiores de escolaridade, posto que repousam no domínio teórico metodológico que a mera experiência é incapaz de garantir.” SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011, p. 11)

Desde os anos de 1970 a racionalidade técnica que predominava na educação escolar do país já se voltava para a preparação de mão de obra “qualificada” que soubesse ler, escrever e fazer cálculos básicos, e que desta maneira atendia as necessidades do mercado. Schön afirma que a racionalidade técnica “diz que os profissionais são aqueles que solucionam problemas instrumentais, selecionando os meios técnicos mais apropriados para propósitos específicos” (SCHÖN, 2000, p.15).

Após os anos 1990, saber ler, escrever e fazer contas já não era suficiente para atender as demandas de um capitalismo avançado tanto economicamente quanto tecnologicamente, o que demandou a reformulação da escola para atender essas novas diretrizes e criar essa mão de obra com competências e habilidades distintas.

Surge então uma nova racionalidade para a educação, a racionalidade prática, ou a epistemologia da prática, que é a pedagogia voltada para que os alunos tenham competências e

habilidades específicas para atender a demanda de mercado. Schön (2000) afirma que a epistemologia da prática

Pudesse lidar mais facilmente com a questão do conhecimento profissional, tomando como ponto de partida a competência e o talento já inerentes à prática habilidosa – especialmente a reflexão-na-ação (o “pensar o que fazem, enquanto o fazem”) que os profissionais desenvolvem em situação de incerteza, singularidade e conflito. (SCHÖN, 2000, p. 15)

A epistemologia da prática, pensada especificamente na educação, foca no saber prático, na reflexão-na-ação, nas competências e habilidades que os professores devem ter para transmitir aos alunos. O professor deve então conseguir lidar com os problemas e dilemas do dia-a-dia a partir do seu talento, de sua capacidade de aprender pela prática e na prática.

Ao professor cabia a tarefa de educar para o trabalho tendo em vista mitigar a exclusão social. Se até há pouco, ao professor cabia a tarefa de educar para o trabalho, hoje dele se espera a capacidade de transformar o aluno em cidadão, pró-ativo, flexível, empreendedor, aspirante ao trabalho e tolerante nos momentos em que se encontre sem emprego. Gradativamente as relações entre educação e trabalho, foram sendo respostas para operar no imaginário social uma inversão por meio da qual os problemas econômicos são atribuídos à falta de preparo educacional (SHIROMA; EVANGELISTA, 2003, p. 06)

A epistemologia da prática corrobora para a manutenção do ideal utilitarista e reducionista da educação, como se o seu único fim fosse a formação de profissionais para o mercado de trabalho. Não são quaisquer profissionais, são aqueles competentes, flexíveis, que sabem resolver problemas e inventar soluções, são aqueles que fomentam a economia. O fator complicador é que se esse profissional não consegue ser formado pela escola, a culpa recai sobre a educação que não é de qualidade e sobre o professor que não cumpre seu papel.

BNCC E A FORMAÇÃO DE UM NOVO PERFIL DE PROFESSOR

De acordo com Saviani (2016) a discussão sobre uma base comum nacional se deu no Brasil na década de 1970 em um movimento que pensava a reformulação dos cursos de

formação de professores, sendo que esse movimento culminou na I Conferência Brasileira de Educação realizada em São Paulo em 1980, e posteriormente deu suporte para a criação de comitês e comissões que se transformaram na ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação) em 1990.

Saviani (2016) afirma que o debate em torno de uma base caminhava mais para o lado de negação do que de afirmação, porque se acreditava que a discussão não deveria ser feita por meio de um currículo mínimo ou comum pensado e concretizado pelo Governo Federal ou por intelectuais da educação, mas sim nos contextos locais nos quais a educação se materializava, a partir das suas realidades e experiências específicas.

Apesar de haver um entendimento amplo que negava a ideia de uma base nacional comum, Saviani (2016) aponta que a Lei 5.692 de 1971 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 indicavam que os currículos deveriam ter uma base nacional comum. Para cumprimento dessas leis foi aprovada em 2010 as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) que têm como objetivos

I – sistematizar os princípios e diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na LDB e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola; II – estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica; III – orientar os cursos de formação inicial e continuada de profissionais – docentes, técnicos, funcionários – da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertençam. (BRASIL, 2013, p. 7-8)

Ou seja, as DCNs têm como objetivo orientar uma formação comum, por meio do currículo, das escolas de todo o país, bem como dar suporte para a criação dos Projetos políticos-pedagógicos e orientação para os cursos de formação inicial e continuada. Vale salientar que a palavra chave que esses objetivos apontam é a “orientação”, um documento para orientar os currículos. Já a BNCC foi criada e aprovada apenas 7 anos após a aprovação das DCNs, um tempo histórico pequeno considerando que as mudanças na educação brasileira se delongam por décadas.

Sendo assim, apesar da existência das DCNs e das orientações curriculares que ela propõe, surgiu em meados dos anos de 2013, um movimento defendendo a criação de uma base

nacional com uma perspectiva diferente da prevista nas DCNs, conforme percebemos na introdução do documento:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2017, p. 7)

A diferença está no fato das DCNs serem orientações e da BNCC ter um caráter normativo, ou seja, caráter de padronização e de obrigatoriedade, que define o conjunto de aprendizagens essenciais para todos os alunos na educação básica. Essas aprendizagens essenciais são dispostas a partir de competências e habilidades que os alunos devem ter ao sair da educação básica, o que explicita uma concepção de educação baseada na racionalidade prática. A questão posta não é melhorar a qualidade da educação ao estabelecer conhecimentos mínimos e comuns em todo o território, mas sim estabelecer maneiras de aumentar o controle e difusão dos ideais neoliberais na educação.

Sobre o início da discussão em torno a BNCC Andrade, Neves e Piccinini afirmam que

A partir dos anos 2013, a reivindicação e a organização de um “novo” movimento de recriação de um currículo nacional com perspectivas a homogeneização curricular, não inédita, mas sem precedentes em relação ao volume de mobilizações e atores envolvidos no processo. Tomando as rédeas de condução do processo, além do MEC – via comitê gestor – encontramos o expoente do reformismo da educação básica: O Movimento pela Base Nacional Comum (ANDRADE; NEVES; PICCININI, 2017, p. 5)

Apesar de não ser novo o movimento em prol de um currículo nacional, discussão que foi iniciada na década de 1970, as autoras afirmam que nunca houve um movimento com tanta força e com tantos atores envolvidos no processo. O Movimento pela Base Nacional Comum (MPB)³ seria, portanto, o principal ator dessa reforma

³ Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/>. Acesso em: junho de 2018.

O Movimento pela Base Nacional Comum é um grupo não governamental de profissionais da educação que desde 2013 atua para facilitar a construção de uma Base de qualidade. O grupo promove debates, produz estudos e pesquisas com gestores, professores e alunos e investiga casos de sucesso em vários países. O grupo que compõe o Movimento é formado por pessoas e instituições que atuam na área de educação. São organizações da sociedade civil, acadêmicos, pesquisadores, professores de sala de aula, gestores municipais, estaduais e federais, especialistas em currículos, avaliações e políticas públicas. (MPB, 2018, s/p, “quem somos”)

Podemos citar dentre a diversidade de pessoas e de instituições que formam o MPB: o Banco Itaú, Fundação Lemann, Grupo Globo, Nestlé, Instituto Ayrton Senna, Todos pela educação, Grupo Mathema, André Stábile, Magda Soares, Thiago Peixoto, entre outros nomes que podem ser consultados no site do grupo.

Além disso, podem ser encontradas diversas informações no site do MPB como a linha do tempo da BNCC, dúvidas frequentes, processo de construção e implementação da base, entre outras informações que estão claramente e didaticamente expostas através de gráficos, textos curtos e objetivos, imagens fáceis e de rápida compreensão para a população em geral acessar e entender. Entender o MPB é um dos elementos necessários para compreender a BNCC porque ele indica quais os agentes que estão por trás do processo, e ao saber dos agentes, sabemos de suas intenções e dos discursos que são sustentados por eles.

Em 2015 foi lançada a primeira versão da BNCC, momento em que o Brasil passou por um conturbado quadro social e político, que envolveu queda do PIB, aumento da inflação, altos índices de desemprego, escândalos de corrupção e o impeachment da presidenta Dilma (ANDRADE; NEVES; PICCININI, 2017, p. 6-8). As autoras apontam, também, que seria muito complicado aprovar a primeira versão da base em um quadro tão instável tanto do ponto de vista social, político, econômico, quanto do ponto de vista do debate interno na área de educação; e que na tentativa de criar uma legitimidade para o processo foi aberta uma consulta pública pela internet que registrou mais de 12 milhões de contribuições.

Sendo que em maio de 2016 a segunda versão da BNCC foi lançada, considerando as contribuições feitas pela consulta pública. Em abril de 2017 a terceira versão da BNCC foi divulgada e em dezembro de 2017 teve a sua versão para educação infantil e ensino fundamental homologada. A BNCC foi criada e está sendo implementada em um contexto de crise no cenário político do Brasil. A BNCC se baseia na epistemologia da prática como referencial teórico o que gera um currículo pensado para estimular o mercado e melhorar a economia dos países.

A BNCC pretende a partir de um currículo nacional pautar a formação de um novo tipo de professor que consiga moldar um novo tipo de trabalhador que seja adequado ao mercado de trabalho. Mercado de trabalho que exige um trabalhador flexível, que saiba ler e escrever, que saiba dominar as tecnologias, que seja multitarefas e que tenha inteligência emocional para lidar e resolver as situações de crise. Ou seja, um professor com competências e habilidades ligadas aos ideais neoliberais. É um trabalhador neoliberal formando outros trabalhadores neoliberais. A maneira como esse novo formador está sendo formado é por meio da epistemologia da prática ou pelo nome mais conhecido da pedagogia das competências.

Esse professor neoliberal se torna alienado do seu próprio trabalho na medida em que perde a autonomia de decisão sobre o que ensinar, como ensinar, do porquê ensinar, e acaba tendo que seguir os modelos das avaliações nacionais e internacionais impostas pelo Estado e pelos organismos internacionais. O fruto do seu trabalho se torna algo estranho para ele. E nesse sentido, o professor alienado pode acabar gerando o consenso ativo.

O consenso ativo é entendido como “processo de regulação social, cujo objetivo é produzir concordâncias em relação às políticas educacionais neoliberais” (MAGALHÃES; SOUZA, 2014). Então quanto mais professores são envolvidos na teia neoliberal da epistemologia da prática mais haverá a propagação dos seus aspectos ideológicos e, por conseguinte, mais professores serão cooptados até chegar o momento que será unânime a condição da educação baseada nas competências e habilidades.

Porém, a educação que acreditamos deve ser baseada na epistemologia da práxis, que é o completo oposto da epistemologia da prática. Souza (2014) por meio do conceito de Bildung de educação e da formação docente constrói uma série de indicadores para a qualidade da educação. O conceito de Bildung diz respeito a um paradigma não hegemônico no qual o professor é o mediador nos processos de autonomia e emancipação dos alunos com o intuito de transformar as realidades individuais e coletivas dos sujeitos.

A formação docente, nesse sentido, implica uma ruptura paradigmática com o pensamento da epistemologia da prática para que a formação se dê pela práxis e pela poiésis, ou seja, que a formação se pautar em uma educação para a libertação, para a emancipação. Souza (2014) baseada no pensamento de Rancière indica que o mestre explicador, que em aulas expositivas fala e não escuta, deve ser deixado de lado. E que no lugar do mestre explicador deve se abrir espaço para novas formas de se ensinar e aprender, para ser e estar no mundo, em comunicação com os sujeitos que fazem parte do processo educacional.

Na epistemologia da práxis os professores são mediadores que caminham com os alunos rumo à autonomia e emancipação. O docente é crítico, é autônomo, tem consciência do seu tempo e do tempo histórico, compreende as contradições. Não prepara sujeitos para o mundo do trabalho, mas para o mundo. O mundo da vida, dos afetos, do conhecimento de si e do outro. Porém, esse trânsito entre epistemologia da prática e da práxis não é tranquilo, ele exige ruptura paradigmática. Isso quer dizer que exige o rompimento com o pensamento do paradigma dominante neoliberal que está presente em todos os aspectos da sociedade desde a educação até a saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista hegemônico a BNCC pode ser considerada um avanço porque leva para as escolas o projeto de nação neoliberal que está em desenvolvimento pelo atual bloco político que se encontra no poder. Do ponto de vista contra hegemônico a BNCC é um retrocesso porque corrobora para a manutenção do status quo da sociedade capitalista atual.

Porém, dos dois pontos de vista, hegemônico e contra hegemônico, não podemos deixar de mencionar que o sistema educacional brasileiro que ainda está em gestação necessita de uma melhor organização e de políticas e programas públicos que assegurem de fato o direito de todos à educação e à escola. Se por meio da BNCC for garantida a universalização do ensino e o cumprimento da obrigatoriedade da escola para crianças e adolescente de 4 a 17 anos, teremos conseguido uma vitória, já que grande parte da população no Brasil ainda não tem acesso à educação.

Talvez, o que esteja em questão são a forma e o conteúdo dessa organização do sistema educacional. Ambos os lados, da epistemologia da prática e da epistemologia da práxis, concordam que a educação enquanto sistema e enquanto ação com uma função social, precisa ser transformada, mas cada um defende um caminho e um fim distintos para essas transformações.

Vale ressaltar, que a nosso ver, as instituições que são a favor da BNCC – MPB, Fundação Lemann, entre outros já supracitados - estão muitos passos a frente que as instituições que são contrárias a BNCC se consideramos a produção de informação e o alcance dessas informações sobre a BNCC. Isso porque as instituições favoráveis investiram e investem com força na melhoria e criação de sites, na criação de documentos que explicam o que é a BNCC,

que indicam como ela deve se implementada, fizeram vídeos, fotos, uma série de matérias e materiais com informações sobre a BNCC que são fáceis de ser acessados e compreendidos por toda a população. Muitas vezes foram criadas informações para diferentes públicos, como, por exemplo, um e-book para auxiliar os professores a lidar com a BNCC em sala de aula e outro especificamente para os gestores educacionais implementarem a BNCC nas escolas. As estratégias dessas instituições juntadas a uma série de propagandas veiculadas pelo governo acabam alcançando e pode tornar a opinião pública favorável sobre a BNCC.

Entrementes, foi percebida uma movimentação das instituições contrárias ao lançarem notas, artigos científicos e livros falando sobre o tema. Porém, tudo pouco acessível para a população que está fora do circuito da academia. Talvez, seja o momento de pensar em estratégias para que a comunidade em geral entenda o que é a BNCC e escolha se ela é um avanço ou retrocesso. Temos que nos fazer compreendidos fora das universidades, e um caminho pode ser pela via de uma comunicação acessível, que pode ser compreendida por todos.

Além disso, temos consciência que o processo de efetivação e implementação da BNCC é incerto devido ao momento político atual em que temos como presidente Jair Bolsonaro. Não há certezas de que esse governo vai levar adiante a implementação da BNCC, nem de que a manterá nos moldes que se encontra hoje. Ainda sim estudar a BNCC é importante porque faz parte da compreensão de um tempo histórico e de uma política pública que foi gestada para a educação brasileira.

A educação não é a salvação para os problemas da sociedade, mas é um dos caminhos para a melhoria dessa sociedade. É por uma sociedade melhor que temos que lutar e o caminho da educação foi o escolhido por todos os profissionais que se dedicam a educação.

Sendo assim, nosso papel enquanto educadores é o de estarmos atentos às mudanças nas políticas educacionais, aos movimentos dos organismos internacionais, as reformas que estão sendo feitas na educação básica e no ensino superior, para que consigamos criar formas de resistência e de luta que impeçam o desmonte da educação que está em andamento no nosso país.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Carolina Pires de; NEVES, Rosa Maria Corrêa das; PICCININI, Cláudia Lino. Base nacional comum curricular: disputas ideológicas na educação nacional. 2017 In: COLEMARX <http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC37/mc373.pdf>

BRASIL. MEC. CONSED. UNDIME. MPB. **Base Nacional Comum Curricular**. Terceira versão. MEC/Consed/Undime, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os impactos nas políticas de regulação e avaliação da Educação Superior. In: AGUIAR, Márcia Angela da S; DOURADO, Luiz Fernando. **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Organização: Márcia Angela da S. Aguiar e Luiz Fernandes Dourado [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. spe, p. 37-45, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em julho de 2018.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisas em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira; SOARES, Jackeline Império. HEGEMONIA DISCURSIVA E CONSENSO ATIVO. *Olhar de Professor*, v. 17, n. 2, p. 135-148, 2018.

MPB. Movimento pela Base Nacional Comum. **Quem somos**. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/> Acesso em: julho de 2018

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; DE ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, 2009.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da base nacional comum curricular. **movimento-revista de educação**, n. 4, 2016.

SCHÖN, Donald. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SHIROMA, Eneida Oto; MARAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda de. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. **A mística da profissionalização docente**. Revista Portuguesa de Educação. Braga: Universidade do Minho, vol. 16, no. 2, 2003, pp. 7-24. <http://www.gepeto.ced.ufsc.br/arquivos/1amisticadaprofissionalizacaodocente.pdf>

SOUZA, Ruth Catarina C. R. Qualidades epistemológicas e sociais na formação, profissionalização e prática dos professores In: SOUZA, Ruth Catarina C. R. de; MAGALHÃES, Solange M. O. **Poiésis e Práxis II** – Formação, profissionalização, práticas pedagógicas. Goiânia, Kelps, 2014